



## 1974 - 1989

# Momentos fundadores

«Terminou a segunda guerra mundial, falta terminar a primeira» - assim se exprimiram diversos intervenientes, universitários e académicos, num debate na Universidade de Sorbona nos últimos meses de 1989...

**A** afirmação merece uma reflexão cuidada, uma vez que pressupõe a compreensão exata da incerteza que se abriu no momento em que, surpreendidos, assistimos à queda do muro de Berlim. Se Francis Fukuyama lembrou Hegel nas suas considerações sobre o «fim da história» e Samuel Huntington falou do desenvolvimento da «terceira vaga das democracias», a verdade é que a Europa central e oriental viu-se confrontada



POR  
**Guilherme d'Oliveira Martins**

Presidente do Tribunal de contas. Membro do conselho editorial de Nova Cidadania

com a necessidade de encontrar um novo «modus vivendi», capaz de preencher o vazio deixado pelo fim da «guerra fria». Os acontecimentos dos Balkans, a im-

plosão da Jugoslávia, a tragédia do Kosovo demonstraram com exatidão que o estertor do velho império austro-húngaro e a evolução do império otomano geraram uma situação que ainda hoje se encontra por resolver, somada à grave instabilidade do Mediterrâneo oriental.

Recordemos sucintamente o que se passou no verão de 1914. O assassinato em Sarajevo do grão-duque Francisco Fernando precipitou uma tensão antiga sobre o domínio da Sérvia, entre os Habsburgos e o império da Rússia. No entanto, os comentadores profissionais da política internacional da

altura tendiam a considerar que um tal conflito ou seria circunscrito à região ou, se o não fosse, tenderia a ser rápido. Quase todos descreiam de uma conflagração geral. Stefan Zweig fez um retrato rigoroso de como havia um sentimento de estabilidade e de relativa segurança na Viena da «belle époque». Em pouco tempo, porém, tudo se precipitou. A Rússia não tolerou as ambições expansionistas da Áustria e o Estado-Maior alemão correu em auxílio desta, temendo que, se esperasse mais tempo, a reorganização em curso das Forças Armadas da França, Inglaterra e Rússia colocaria a Alemanha em posição de fraqueza. Daí que tudo se tenha precipitado a partir da invasão da Bélgica pelo exército alemão, com violação das mais elementares normas de Direito Internacional, uma vez que se tratava da ocupação de um Estado neutral... O resto da história é bem conhecido. A guerra que todos julgavam ser curta tornou-se longuíssima e trágica. Iniciava-se, afinal, a nova guerra dos trinta anos, que só terminaria em Agosto de 1945, depois de atingir proporções absolutamente imprevisíveis.

Vinte e cinco anos depois de 1989 e quarenta anos depois da Revolução

portuguesa, importa ter em consideração a memória histórica, que por vezes parece tragicamente esquecida. Como tem lembrado Jacques Delors sobre a União Europeia, que sofreu uma alteração radical depois de 1989, temos de recordar que a ideia de uma democracia supranacional na União Europeia deve assentar em três objetivos, muito claros, mas difíceis de concretizar: a preservação de um espaço de paz e segurança; a adoção de um caminho de desenvolvimento humano sustentável e a preservação da diversidade cultural. Ora, só haverá paz e segurança se a parceria atlântica funcionar (como desejavam Jean Monnet e John Kennedy), se houver uma política externa e de segurança comum e se se estabelecer no Mediterrâneo e na Europa oriental um equilíbrio duradouro, envolvendo, designadamente, um compromisso equitativo e pacífico com a Rússia. Os recentes acontecimentos da Ucrânia demonstram que as fronteiras artificiais de 1945 terão de ser consideradas à luz das diferenças históricas profundas entre a população de matriz russa, a oriente, e a população com uma trajetória diversa a ocidente, mais próxima da Europa central... Numa palavra, o equilíbrio

européu hoje obriga à consideração de uma política de paz e segurança capaz de complementar a coesão económica e social da União, a cooperação para o desenvolvimento favorecedora da paz e reguladora dos movimentos migratórios e a prevenção da guerra através da promoção do progresso económico. E assim chegamos ao caminho de desenvolvimento humano sustentável, que tem de articular a coesão social interna e a cooperação contra a exclusão, como fatores de uma cultura de paz. E é neste ponto que a União Europeia é hoje chamada a tornar-se um elemento equilibrador no contexto internacional, e não como polo alternativo na corrida das hegemónias...

A queda do muro de Berlim ainda não deu lugar, porém, a um reequilíbrio internacional duradouro, apto a criar condições de paz, segurança e desenvolvimento. Nesse sentido, devemos lembrar o contributo de Samuel Huntington quando refere a ocorrência da terceira vaga das democracias (cf. «The Third Wave. Democratization in the late twentieth century», University of Oklahoma Press, 1991). Depois da primeira vaga (1828-1926), da regressão violenta que se seguiu a



1922, dos efeitos da vitória aliada na segunda guerra e dos movimentos de descolonização (1943-1962), devemos lembrar que a Revolução portuguesa iniciou o último período em que ainda nos encontramos, que abrangeu o fim da guerra fria, e que ainda carece de consolidação. Não por acaso, nesta iniciativa de 2014 do Instituto de Estudos Políticos, houve uma especial associação entre os 40 anos da democracia portuguesa e os vinte e cinco anos da abertura europeia, designadamente da criação da nova democracia polaca. Falamos de duas experiências que, sendo muito diferentes, têm uma significativa complementaridade. Não esquecemos, por exemplo, a solidariedade que, desde longe, se estabeleceu entre portugueses e polacos no final dos anos setenta e início de oitenta, merecendo especial referência grandes democratas e amigos de Portugal, como Bronislaw Geremek, Adam Michnik, Jacek Wosniakowski e Tadeusz Mazowiecki não podendo esquecer-se o papel fundamental desempenhado pelo Cardeal Karol Wojtyla, o Papa S. João Paulo II. Pessoalmente devo lembrar as campanhas para a libertação dos presos de consciência na Polónia, entre os quais se encontrava A. Michnik, nas quais contei com a ativa participação do então muito jovem e atual Embaixador António de Almeida Lima, em contacto estrito com a revista «Esprit» de Jean-Marie Domenach e com os movimentos polacos Znak e Wicz. E se recordo o testemunho pessoal, é para afirmar que a democracia se conquista sempre pela mobilização pessoal e cívica, capaz de tornar a solidariedade algo de durável e sempre inconformista. E lembro ainda os Encontros Internacionais de Sintra, organizados pela SEDES, nos anos noventa, com a presença constante do tema polaco, integrado na reflexão europeia, com a presença de Michnik, Wosniakowski e Timothy Garton Ash, sob o alto patrocínio de Mário Soares e Václav Havel.

Se referi a política externa e de segurança comum, os direitos humanos e a cultura da paz, devo acrescentar a reforma democrática, como tema da ordem do dia, quando celebramos a necessidade de estabilização da ordem internacional. A memória de S. João XXIII e a sua fundamental encíclica



***O equilíbrio europeu hoje obriga à consideração de uma política de paz e segurança capaz de complementar a coesão económica e social da União, a cooperação para o desenvolvimento favorecedora da paz e reguladora dos movimentos migratórios e a prevenção da guerra através da promoção do progresso económico***

«Pacem in Terris» têm de ser lembrados, quando tanto tarda a reforma das Nações Unidas então já defendida. Não se trata, no entanto, de referir a generalização da lógica europeia do modelo democrático, mas de consagrar a universalidade da dignidade da pessoa humana. Esse universalismo, como no-lo ensinou Jacques Maritain, nas

suas conferências americanas, obriga a entender os valores fundamentais que levaram os ingleses a adotar no longínquo ano de 1215 a «Magna Carta Libertatum». Trata-se, ontem como hoje, de conceber a democracia como solução capaz de assegurar o governo do povo, pelo povo e para o povo, na fórmula essencial do Presidente Lincoln. Neste sentido, não se trata de reproduzir soluções formais, mas de garantir uma cidadania ativa compatível com as diferenças culturais e institucionais e as exigências dos contratos sociais. Infelizmente, assiste-se muitas vezes à caricatura das instituições e menos à procura de mecanismos concretos de respeito pelo pluralismo, pela cidadania, pela inclusão, pela transparência, pela liberdade, pela autonomia, pela igualdade, pela subsidiariedade, pela descentralização, pela solidariedade e pelo bem comum. Montesquieu baseou, por isso, o seu sistema de equilíbrios na compreensão das diferenças. Isaiah Berlin defendeu a ideia de liberdade demarcada do igualitarismo. Norberto Bobbio sustentou a liberdade igual e a igualdade livre. Ronald Dworkin acentuou a igual consideração e o respeito por todos. E Michael Walzer falou da igualdade complexa para todos. De que falamos, portanto, no debate universal sobre a democracia? Do primado da lei, geral e abstrata para todos; de legitimidade da origem, através do consentimento dos cidadãos, da renovação dos mandatos e da alternância do poder; da legitimidade do exercício, apurada momento a momento, assente na separação de poderes e num sistema de «checks and balances»; e na consideração da justiça como horizonte de valor ético, enquanto justiça distributiva e justiça como equidade. E, tudo visto e ponderado, urge dar sentido útil e prático à consideração de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos – sendo a eminente dignidade da pessoa humana uma referência universal, baseada no respeito mútuo, na diversidade, na liberdade, na igualdade e na solidariedade. Votando à perplexidade na Sorbona sobre não estar fechado o processo de 1914, resta apenas dizer que 1974 e 1989 fazem parte desse difícil desafio como momentos fundadores. É de democracia que falamos! ■